

Editorial

VAI DAR CERTO

O governo municipal pôs em operação, no fim de semana, na região Centro-Sul da capital, o sistema de bicicletas a serem compartilhadas entre moradores e visitantes, mediante cadastramento e pagamento de pequena taxa. A reportagem experimentou e aprovou. Ontem, o projeto passou pelo primeiro teste em dia útil, quando o trânsito de veículos na capital aumenta exponencialmente. A região não dispõe de ciclovias em quantidade suficiente para levar o usuário a qualquer ponto, o que o obriga a disputar espaço com outros veículos. Esse é um fator de risco, agravado pela falta de educação de certos motoristas, que a partir de agora terão de ter, como suas referências no trânsito, além dos pedestres e dos outros veículos, os ciclistas. Tirante isso, mais as ameaças de vandalismo, o projeto pode dar certo. Contra os prognósticos de que Belo Horizonte não seria propícia à implantação de ciclovias, por causa de suas ladeiras, o projeto começa a ser implementado por uma concessionária que não teria aceitado o desafio se não tivesse know-how para superá-lo. O poder público e os empreendedores estão fazendo uma aposta ousada no sentido de civilizar o cidadão belo-horizontino em várias direções. Há tempos que isso vem sendo tentado, com sucesso e insucessos, na revitalização dos espaços públicos e outros equipamentos. A mais notável dessas iniciativas foi, sem dúvida, a implantação do metrô, há mais de 20 anos. Apesar de intensamente utilizado pela população, o transporte não é alvo frequente de agressões, ao contrário do que ocorre em outras capitais, inclusive mundiais. O governo está fazendo uma série importante de mudanças no trânsito que vai precisar de tempo para se consolidar. O uso da bicicleta se insere nesse processo de incentivar as pessoas a utilizarem outros meios de transporte consagrados em outras cidades do mundo. A reportagem de **O TEMPO** percorreu quase 4 km dentro da cidade. Se não faltarem “magrelas”, elas serão usadas. Só teremos de descobrir quanto elas poderão ser úteis.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Mediolì  
PRESIDENTE Laura Mediolì  
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito  
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães  
DIRETOR FINANCEIRO Marcos de Oliveira e Souza

GERENTE COMERCIAL  
Fabiano Guerra

GERENTE DE TECNOLOGIA  
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL  
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO  
E FINANCEIRO  
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING  
Alessandra Soares

GERENTE DE CIRCULAÇÃO  
Isabel Santos

GERENTE DE ASSINATURAS  
Maria Beatriz Braga Rocha

EDITORIA EXECUTIVA  
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO  
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO  
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM  
Renata Nunes

EDITORES  
Opinião: Victor de Almeida  
Economia: Karlon Aredes  
Política: Carla Kreefft  
Magazine: Silvana Mascagna  
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla  
Esportes: Denner Taylor  
Cidades: Marina Schettini  
Primeira: Frederico Duboc  
Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica  
fatimaoliveira@ig.com.br

Cozinhar decepções políticas é uma arte aprendida na luta

A rendição da área da saúde ao fundamentalismo religioso

Cozinhar decepções políticas requer fidelidade aos princípios que regem a visão de mundo que adotamos e consciência crítica na avaliação, à luz do contexto dos fatos. Um desejo que alimento é “fazer um tempo” para estudar a rendição do Ministério da Saúde ao fundamentalismo religioso no governo Dilma. O Brasil é uma República democrática e laica, então leis e políticas públicas devem se pautar por princípios que referendam o laicismo. Nas eleições presidenciais de 2010, nós, as feministas, jogamos um papel de vulto em defesa do Estado laico e do respeito à liberdade reprodutiva – que considera a maternidade voluntária um valor moral, político e ético, que apoia as decisões reprodutivas das mulheres, independentemente da fé que professam. Em 28.3.2011, a presidente Dilma Rousseff, acompanhada do então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, um fundamentalista de quatro costados, lançou em BH a Rede Cegonha, que, dentre outras coisas discutíveis, previa a criação de um Cadastro Nacional de Gestantes, quando já existiam outras formas de coleta de dados. Apesar das resistências, em 26.12.2011, foi elaborada uma medida provisória, a MP 557, que em si era catastrófica: tornava o nascituro sujeito de direitos plenos, tal quais os já nascidos! O que exigiu de nós, que defendemos a separação entre Estado e religiões e a liberdade religiosa, um aguerrido combate, que resultou na extinção da MP 557 por decurso de prazo, em 31.5.2012. A leitura é que Dilma se convenceu de que a MP 557 era um

golpe da gente da alta cúpula do Ministério da Saúde, cúmplice do “leilão de ovários”, que destruiu conquistas do governo Lula: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Ganhamos e não levamos, pois a Área Técnica de Saúde da Mulher, como espaço de efetivação de direitos, notadamente em áreas críticas como os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, foi reduzida a quase nada! Em 1º.8.2013, uma vitória mais política do que prática – já que a “Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Nas eleições de 2010, nós, as feministas, jogamos um papel em defesa do Estado laico, mas quem comanda o andar da carruagem é Dilma Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Meninas” data de 1998, gestão do ministro Serra! –; foi sancionada, sem vetos, em meio à gritaria de fundamentalistas cristãos, a Lei 12.845, que “dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual”. Em 22.5.2014, o “Diário Oficial da União” publicou a Portaria 415, que alterava a forma de registro dos casos de aborto previstos em lei (gravidez resultante de estupro, risco de vida da gestante e em casos de anencefalia) e elevava de R\$ 170 para R\$ 443 o valor que o SUS paga pelo procedimento. Celebrei calada. Sabia que o governo capitularia

à tosquice do fundamentalismo, pois estávamos diante de uma viúva Porcina, “a que foi sem nunca ter sido”, já que “os contra” argumentavam que a portaria legalizava o aborto no Brasil! Não esperamos muito. Em 29.5.2014, o ministro Arthur Chioro editou a Portaria 437, revogando a 443, alegando demanda de “debates técnicos” (quais?) e erros de cálculos na tabela! A Frente Parlamentar Evangélica o desmentiu, dizendo que recuou sob ameaças de um projeto de lei contra a regulamentação até dos “Casos de Aborto Previstos em Lei”, alçando o aborto ao centro dos debates das eleições de 2014! Para ser franca, criticamos os ministros fundamentalistas, mas quem comanda o andar da carruagem é Dilma, em quem me vejo obrigada a votar mais uma vez porque o leque de candidaturas postas, ideologicamente e em todos os aspectos, é bem pior e misógina!

DUKE

